

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Divulgação



Ex-banqueiro, Daniel Vercaro voltou para a prisão

Morte de acusado aumentou a tensão entre políticos

As prisões de envolvidos no caso Master e a morte de um deles — Luiz Phillipi Mourão, o Sicário — aumentaram ainda mais a tensão no Congresso relacionada ao escândalo do Master. Segundo a PF, Mourão se matou.

Apesar de bravatas lançadas por parlamentares governistas e da oposição, havia ontem a avaliação de que os novos fatos não serão suficientes para que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), crie a CPMI para apurar o caso, já que conta com apoios suficientes.

Em tese, a instalação da Comissão Mista de Inquérito dependeria apenas da realização de uma sessão do Congresso. O problema é que sua convocação depende de uma decisão do próprio Alcolumbre.

Papéis em pó

Como disse à Band o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, Alcolumbre não quer a CPMI. O senador é ligado ao governador do Amapá, Clécio Luís (União).

No atual governo, o Amapá Previdência (Amprev), fundo de pensão dos servidores estaduais, comprou cerca de R\$ 400 milhões em papéis do Master que viraram pó com a liquidação do banco. O Fundo Garantidor de Créditos não cobre esse tipo de prejuízo.

Pedro França/Agência Senado



Carlos Viana não colocou pedidos em votação

PT cobra convocações

As prisões de ontem vão, porém, repercutir em outra CPI, a do INSS. Deputados governistas lembraram que o presidente da comissão, Carlos Viana (Podemos-MG), sequer colocou para votar requerimentos que pediam a convocação e quebra de sigilo de personagens ligados ao Master.

Entre os que o PT quer interrogar estão o empresário Fabiano Campos Zettel e sua mulher, Natália Vercaro Zettel, irmã do ex-banqueiro. Também preso ontem, Fabiano é pastor da Igreja Batista Lagoinha, frequentada por Viana.

Companheiro de viagem

Integrantes da bancada governista também pediram detalhes da movimentação financeira da Clava Forte Bank, uma fintech ligada à Lagoinha. O requerimento também não foi votado. Outro pedido que entrou na fila é o de convocação do pastor Guilherme Batista, que, em 2022, viajou com o deputado Nikolas Ferreira (PL-MG) em avião de Vercaro para pedir votos para Jair Bolsonaro.

Outro caso

O diálogo entre Vercaro e Luiz Phillipi Mourão sobre uma agressão ao jornalista Lauro Jardim fez com que fosse recuperada uma entrevista de Gustavo Bebianno, ex-ministro de Bolsonaro morto em 2020. Ele falou que uma pessoa ligada ao então presidente tentou sequestrar o mesmo jornalista.

Dado com Flávio

Recém-filiado ao MDB, o ator Dado Dolabella publicou vídeo para falar de suas propostas. Pré-candidato a deputado federal pelo Rio de Janeiro, disse que vai lutar contra acusações injustas (ele já foi condenado por agressão a mulheres). O ator ainda declarou voto em Flávio Bolsonaro para presidente.

Abastecimento

Para o presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, Roberto Ardenghy, a guerra no Oriente Médio não vai gerar um desabastecimento de combustível no país. Ressaltou que a região fornece apenas 11% do petróleo importado pelo Brasil, e o produto pode ser fornecido por outros países.

Lucro

Ardenghy ressalta que o aumento no preço do petróleo gerado pelo conflito fará com que o país e a Petrobras ganhem mais: o Brasil exporta cerca de 640 milhões de barris por ano e importa em torno de 110 milhões (basicamente, um tipo de óleo mais leve, necessário para o funcionamento de algumas refinarias).

No caixa

A disparada no preço internacional do barril vai gerar, pelas contas do executivo do IBP, um aumento de 10% no que as indústrias do setor pagam anualmente de royalties e participações especiais — isso representará um total de cerca de R\$ 5 bilhões, dinheiro que irá para a União, estados e municípios.

Alerta

Ardenghy frisa que a nova guerra no Oriente Médio serve como um alerta para que o país não deixe de investir na prospecção e na produção de petróleo. “Não podemos abrir mão da segurança energética”, afirma. Ele destaca que o Brasil já ocupa a nona posição entre os maiores exportadores de petróleo.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Proposta foi aprovada por larga margem nos dois turnos

Câmara aprova PEC da Segurança Pública

Redução de maioria penal fica para projeto à parte

Por Gabriela Gallo

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, na noite desta quarta-feira (4), a Proposta de Emenda a Constituição (PEC) nº 18/2025 que instala o Sistema Único da Segurança Pública, na intenção de alterar as competências da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios relativas à segurança pública. Após um extenso debate entre os congressistas, o texto-base foi aprovado por 487 votos favoráveis e 15 contrários no primeiro turno e 461 votos a favor e 14 contrários no segundo turno. A PEC segue para análise no Senado Federal.

A PEC foi originalmente proposta pelo governo federal, mas o texto aprovado foi o substitutivo do relator da proposta, deputado federal Mendonça Filho (União Brasil-PE). Após articulações internas, ele retirou do texto o tópico que altera o Artigo 27 do Código Penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e reduz a maioria penal de 18 anos para 16 anos. Segundo o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), o tópico será discutido e eventualmente votado em outro projeto separado.

O projeto mira no combate ao crime organizado, facções criminosas e milícias. Dentre as mudanças no texto está a reorganização do sistema de segurança

para enfrentamento da criminalidade, com restrições a decisões do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e um regime jurídico mais rigoroso contra organizações criminosas. Segundo texto, “organizações criminosas de alta periculosidade ou lesividade e crimes cometidos com perversa violência” terão “restrição ou vedação de progressão de regime, a suspensão de benefícios, o tratamento disciplinar diferenciado e a expropriação e o confisco ampliado dos bens de origem ilícita”.

O texto ainda determina que “os municípios poderão constituir polícias municipais, de natureza civil, organizadas em carreira, para a realização de ações de policiamento ostensivo e comunitário”.

Mercosul-UE

Do outro lado do Congresso Nacional, o plenário do Senado Federal aprovou, por unanimidade, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 41/2026, que valida o texto do Acordo Provisório de Comércio entre o Mercosul e a União Europeia (UE). Como o projeto já foi aprovado pela Câmara dos Deputados, o texto segue para ser promulgado pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP). Como um PDL se refere a matérias de competência exclusiva do Congresso Nacional, ele não passa por sanção ou veto presidencial.